

*COPENOR – Companhia
Petroquímica do Nordeste*

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios
Findos em 31 de dezembro de 2009
e de 2008 e Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
COPENOR – Companhia Petroquímica do Nordeste
Camaçari - BA

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste (“Companhia” ou “Copenor”), levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui saldo líquido de ICMS a recuperar no montante de R\$ 6.654 mil (R\$ 7.253 mil em 2008) registrado no ativo não circulante. A administração da Companhia está discutindo com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo a adoção de medidas para viabilizar alternativas para recuperação do referido crédito. A realização desse crédito depende do sucesso dessas negociações que atualmente encontram-se em andamento.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui saldo de ativos no montante de R\$ 39.385 mil referente a terreno, máquinas, equipamentos e edificações das plantas de monopentaeritritol e ácido fórmico (unidade Sorocaba-SP) cujas operações encontram-se paralisadas desde 2001 e 2005, respectivamente, e, acetaldeído e formaldeído (unidade Sorocaba-SP) e pentaeritritol e monopentaeritritol (unidade Camaçari – BA) paralisadas desde abril de 2007. Os ativos dessas plantas se encontram hibernados e a recuperação do valor líquido contábil dos ativos relacionados a essas plantas, depende do sucesso das ações da administração da Companhia, visando viabilizar a realização desses ativos.

Salvador, 22 de janeiro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC- nº 2SP 011.609/O-8 “F” BA

Ruti Amaral Ramos
Contadora
CRC - 1RJ nº 048.044/O-8 “T”BA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste (“Companhia” ou “Copenor”) tem como principal atividade a industrialização e comercialização de produtos petroquímicos e conexos. Com *sites* industriais no Pólo Petroquímico de Camaçari - BA e em Sorocaba - SP, a Copenor produz metanol, formaldeído, pentaeritritol, hexametilenotetramina e formiato de sódio no *site* de Camaçari, e formaldeído e acetaldeído no *site* de Sorocaba.

O metanol e seus derivados são importantes matérias-primas ou insumos para os seguintes segmentos: chapas acrílicas, indústria têxtil, papel e celulose, aditivo na gasolina, biodiesel, herbicidas para a cultura de soja transgênica, resinas de tintas e vernizes, resinas para madeira, lonas e pastilhas de freios, embreagens, produtos de borracha e indústria de couro.

A conjuntura econômica desfavorável, especialmente a valorização do Real em relação ao dólar americano, a retração da demanda e o crescimento dos custos de produção devido a elevação dos preços dos principais insumos, comprometeu a competitividade das plantas industriais de pentaeritritol no *site* de Camaçari e de acetaldeído e formaldeído no *site* de Sorocaba.

Em Sorocaba, a produção de monopentaeritritol foi interrompida em março de 2001, e a de ácido fórmico em abril de 2005, quando a Copenor passou a importar e revender este produto. Em abril de 2007, a Copenor interrompeu a produção de acetaldeído e formaldeído em Sorocaba (SP) e paralisou temporariamente a produção da planta de pentaeritritol em Camaçari (BA).

SUBSIDIÁRIA – LOGIPAL TRADE S.A.

Com a finalidade de prover aos clientes da Copenor, situados no Brasil, uma alternativa na aquisição de produtos com uma política de preços diferenciada, a partir de abril de 2008 foi legalmente firmado o processo de revenda dos produtos, ácido fórmico e formiato de sódio através de sua subsidiária, Logipal Trade S.A.

A Logipal Trade S.A. é uma empresa legalmente constituída na Zona Franca, situada na cidade de Montevideo no Uruguai, tendo suas operações estruturadas em compras internacionais (ex-Brasil) para vendas no Brasil.

A Logipal Trade S.A. não tem capacidade produtiva, sendo suas operações comerciais baseadas em vendas de produtos, comprados junto a parceiros internacionais e revendidos no Brasil. Essas operações de revenda passaram a ser contempladas nos registros contábeis da Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste, a partir de abril de 2008.

Em conformidade com o CPC nº 2 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, as operações dessa subsidiária, foram consideradas como extensão das operações da Copenor, logo, os ativos, passivos e resultados da subsidiária foram integrados as demonstrações financeiras da Copenor.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e que já foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que sofreu alterações introduzidas pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, a qual modificou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil. Essa nova legislação tem, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Como parte do processo de harmonização com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e regulamentação das práticas contábeis alteradas a partir da edição da Lei nº 11.638/07, foram editados pronunciamentos e orientações técnicas, com aplicação obrigatória para o exercício encerrado a partir de dezembro de 2008. A Companhia elegeu como data de transição para a aplicação dos ajustes introduzidos pelas novas práticas contábeis a data base de 1º de janeiro de 2008 e, portanto, as demonstrações financeiras referentes ao período de 2008, apresentadas para fins de comparação, já contemplam os referidos ajustes decorrentes dos CPCs emitidos até 31 de dezembro de 2008 e que estão em vigor.

Novos pronunciamentos contábeis*Alterações nas práticas contábeis brasileiras*

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 38 novos pronunciamentos e interpretações técnicas haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. No caso dos ajustes decorrentes das novas práticas vier a produzir efeitos nas demonstrações financeiras de 2010, a norma prevê que sejam ajustadas as demonstrações de 2009 para fins de comparação.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008 e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade está demonstrado a seguir:

Item	Valores anteriormente divulgados	Valores reclassificados
<u>Demonstração do fluxo de caixa</u>		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Juros pagos	-	6.581
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento a instituições financeiras	36.895	30.314
<u>Demonstração do resultado do exercício</u>		
Imposto de renda – corrente	(618)	(367)
Redução do Imposto de renda - incentivo fiscal	251	-
<u>Demonstração do valor adicionado</u>		
Outras receitas	-	1.383
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	56
Matérias-primas consumidas	(81.734)	-
Custo dos produtos vendidos	(31.719)	(113.453)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.	(23.791)	(25.240)
Dividendos recebidos	-	10

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por contas bancárias disponíveis. As aplicações financeiras são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

Contas a receber de clientes e provisão para crédito de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são demonstradas ao valor de realização já deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme nota explicativa nº 5.

Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

Investimentos

Os investimentos foram avaliados ao custo de aquisição deduzidos da provisão para desvalorização, quando aplicável.

A controlada no exterior, Logipal Trade S.A., tem características de filial da controladora e, em função dessas características, suas demonstrações foram incluídas nos saldos da controladora, adaptadas às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e amortização acumuladas. As depreciações e amortizações são calculadas às taxas anuais descritas na nota explicativa nº 8.

Conforme previsto no parágrafo 54 do Pronunciamento CPC 13 – “Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08” aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 2008 e na Interpretação Técnica nº 10 – “Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento” emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela Deliberação CVM nº 619 de 2009, a Companhia efetuará a primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens

do ativo imobilizado, na abertura do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2010.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados por operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos submetidos às depreciações calculadas de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 8.

Intangível

As licenças de programas de computador adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 9 e os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, exceto pela provisão registrada no imobilizado, ver nota explicativa nº 8, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes adicionais para perda por redução do valor de recuperação.

Direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. As obrigações são classificadas em:

(a)Circulante

São as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

(b)Não circulante

São as obrigações conhecidas e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados, situem-se após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no

momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits ou superávits do plano são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 371, que aprovou a NPC 26 do IBRACON - “Contabilização de Benefícios a Empregados”. Ver nota explicativa nº 20.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício será destinada da rubrica de lucros acumulados para a conta de reservas de lucros - incentivos fiscais.

Provisões para contingências

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados e da Administração da Companhia. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, nos casos aplicáveis, estão demonstradas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Uso de estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário que a administração faça uso de estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, vida útil do ativo imobilizado e perdas relacionadas a contas a receber e recuperação do valor de ativos, incluindo intangíveis, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia,

relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Lucro líquido (prejuízo) por ação

Está calculado com base no número de ações existentes na data do levantamento das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Caixa e bancos	1.062	2.107
Aplicações financeiras de liquidez imediata	6.323	2.903
Total	<u>7.385</u>	<u>5.010</u>

As aplicações financeiras são representadas por aplicações de renda fixa, cujo rendimento tem correspondido a aproximadamente 100% a 102,5% da variação dos Certificados de Depósito Interbancários - CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Clientes nacionais	11.432	7.043
Clientes no exterior	198	211
Empresas ligadas	6.371	4.380
	<u>18.001</u>	<u>11.634</u>
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(425)	(232)
Total	<u>17.576</u>	<u>11.402</u>

Aging List de Clientes – Saldos em Aberto em 31/12/2009

A vencer	12.878
Vencidas 0-30 dias	420
Vencidas 31-60 dias	806
Vencidas 61-90 dias	-
Vencidas há mais de 90 dias	3.897
Total	<u>18.001</u>

Ajuste a valor presente

A Companhia em 31 de dezembro de 2009 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Produtos acabados	8.303	15.609
Matérias primas e embalagens	2.556	3.293
Almoxarifado de manutenção e reposição	4.261	4.227
Provisão para perda nos estoques	(827)	(827)
Total	<u>14.293</u>	<u>22.302</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
<u>Circulante</u>		
ICMS a recuperar operações – Camaçari	207	102
Impostos federais (IRRF, IRPJ, PIS e COFINS)	2.793	3.433
Impostos a recuperar – ICMS sobre imobilizado	36	153
Total	<u>3.036</u>	<u>3.688</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
ICMS a recuperar operações – São Paulo	6.654	7.253
Impostos a recuperar – ICMS sobre imobilizado	93	-
Finsocial a recuperar	348	348
Outros impostos a recuperar	134	-
Total	<u>7.229</u>	<u>7.601</u>

O ICMS a recuperar do Estado de São Paulo no valor de R\$ 6.654, em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 7.253, em 31 de dezembro de 2008), refere-se a créditos acumulados na Companhia pelas diferenças de alíquotas nas aquisições de matérias primas (alíquota de 18%), enquanto que a maior parte das vendas é realizada para outras unidades da federação, principalmente para estados do nordeste, cuja alíquota é 7%, gerando desta forma créditos para a Companhia. A administração da Companhia está aguardando decisão do processo administrativo, por meio do qual solicitou a autorização para transferência desses créditos a terceiros, sob a forma de venda ou pagamento a fornecedores. A administração da Companhia entende que o referido crédito se realiza através de suas operações normais em aproximadamente seis anos.

8. IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada de depreciação ao ano (%)	31/12/2009	31/12/2008
Edificações e benfeitorias	3	13.260	13.190
Máquinas e equipamentos	5	175.975	171.744
Móveis e utensílios	10	2.135	2.135
Veículos	20	103	213
Computadores e periféricos	20	3.960	3.940
Outros		105	105
Subtotal		195.538	191.327
(-) Depreciação acumulada		(123.314)	(115.627)
Saldo líquido dos itens sujeitos a depreciação		72.224	75.700
Terrenos		2.293	2.293
Almoxarifado		5.631	5.535
(-) Provisão para realização do imobilizado		(4.195)	(4.195)
Total		75.953	79.333

Do saldo remanescente do ativo imobilizado existente em 31 de dezembro de 2009, R\$ 43.580 (R\$ 39.385, valor residual líquido de provisão para realização) refere-se a terrenos, máquinas, equipamentos e edificações das plantas de monopentaeritritol e ácido fórmico (unidade Sorocaba-SP) cujas operações encontram-se paralisadas desde 2001 e 2005, respectivamente, e, acetaldeído e formaldeído (unidade Sorocaba-SP) e pentaeritritol e monopentaeritritol (unidade Camaçari – BA) paralisadas desde abril de 2007. Os ativos dessas plantas se encontram hibernados, em condições de uso nos negócios da companhia.

A Companhia possui bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais no montante de R\$ 11.837.

A Copenor, de acordo com laudo técnico de avaliação patrimonial, emitido por empresa especializada, para adequação do valor contábil ao valor provável de realização dos ativos do site de Sorocaba, constituiu provisão para perda na realização de ativos do *site* de Sorocaba-SP, no valor de R\$ 18.852, sendo R\$ 4.195 em imobilizado.

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado:

	<u>31/12/2008</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2009</u>
<u>Custo</u>				
Terrenos	2.293	-	-	2.293
Edificações e Benfeitorias	13.190	70	-	13.260
Máquinas e Equipamentos	171.744	4.231	-	175.975
Veículos	213	-	(110)	103
Moveis e Utensílios	2.135	-	-	2.135
Computadores e Periféricos	3.940	22	(2)	3.960
Outros	105	-	-	105
Almoxarifado	5.535	923	(827)	5.631
Total do custo	<u>199.155</u>	<u>5.246</u>	<u>(939)</u>	<u>203.462</u>
<u>Depreciação</u>				
Edificações e Benfeitorias	(5.364)	(132)	-	(5.496)
Máquinas e Equipamentos	(105.312)	(7.178)	-	(112.490)
Veículos	(96)	(13)	10	(99)
Moveis e Utensílios	(1.795)	(49)	-	(1.844)
Computadores e Periféricos	(3.060)	(328)	3	(3.385)
Total da depreciação	<u>(115.627)</u>	<u>(7.700)</u>	<u>13</u>	<u>(123.314)</u>
Provisão para Perda	(4.195)	-	-	(4.195)
Total	<u>79.333</u>	<u>(2.454)</u>	<u>(926)</u>	<u>75.953</u>

9. INTANGÍVEL

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Marcas e patentes	163	163
Software	2.018	2.011
(-) Depreciação acumulada (20% a.a.)	(1.602)	(1.282)
Total	<u>579</u>	<u>892</u>

10. DIFERIDO

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Gastos de organização e pré-operação	34.066	34.219
(-) Provisão para perda	(14.017)	(14.017)
(-) Amortização acumulada	(14.892)	(14.098)
Total	<u>5.157</u>	<u>6.104</u>

A Administração decidiu constituir provisão para perda na realização ativo diferido no valor de R\$ 14.017 em 31 de dezembro de 2008, referente à planta de monopentaeritritol, formaldeído, acetaldeído e ácido fórmico do site de Sorocaba-SP, bem como de pentaeritritol e monopentaeritritol no site de Camaçari-BA. A Companhia procedeu à análise do seu ativo

diferido, e os valores que não puderam ser reclassificados para outro grupo de ativos, serão mantidos no ativo diferido até a sua completa amortização, conforme facultado pelo artigo 299-A da Lei nº 6.404/76, introduzido pela Medida Provisória nº 449, convertida na Lei nº 11.941/09.

11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
No país	3.080	3.269
Exterior	4.151	2.679
Empresas relacionadas	-	966
Total	<u>7.231</u>	<u>6.914</u>

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
<u>Moeda nacional:</u>		(Ajustado)
Ativo fixo - O saldo devedor é acrescido de juros de 1,4% a.a. em operação de fiança, e de até 1,21% a.m. em Leasing Financeiro.	88	183
Ativo fixo - O saldo devedor é acrescido de juros variáveis de 1,20% a.a. até 3,40% a.a. acima da TJLP.	9.421	8.616
Ativo fixo - O saldo devedor consiste de cesta de moedas mais juros variáveis de 2,90% a.a.	703	768
Capital de giro – o saldo devedor é acrescido de CDI mais juros variáveis de 1,20% a.a até 4,03% a.a.	40.516	36.273
<u>Moeda estrangeira:</u>		
O saldo devedor em 2008, reflete operação de Financiamento de Importação (US\$ 149) à taxa de libor + 2,2% a.a., liquidado em 2009.	-	353
Empréstimos de Capital de Giro em ienes junto a instituições financeiras (JPY 76.519). O saldo devedor é acrescido de juros com taxa de até 4% a.a, calculado sobre a moeda estrangeira, liquidado em 2009.	-	1.974
	<u>50.728</u>	<u>48.167</u>
Parcelas classificadas no passivo circulante	26.469	24.228
Passivo não circulante	<u>24.259</u>	<u>23.939</u>

a. Cronograma de pagamentos

	<u>31/12/2009</u>
Ano de vencimento:	
2011	14.482
2012	6.117
2013	2.493
2014	1.167
Total	<u>24.259</u>

b. Garantias

Os empréstimos de capital de giro, inclusive aqueles denominados em moeda estrangeira, da Copenor estão garantidos por aval da controladora Metanor S.A. – Metanol do Nordeste.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2008, cartas de fiança bancária dadas como garantia de processos de execução fiscal/judicial, ver nota explicativa nº 16, com valor total de R\$ 16.189. Essas cartas eram remuneradas a taxa de 2,45% a.a. a título de comissão de fiança e foram liquidadas em 2009.

c. Covenants

A Companhia possui contrato que determina o cumprimento de certas obrigações (“*covenants*”): dívida financeira pelo LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e o índice e cobertura de juros, as quais, se não cumpridas, sujeitam a Companhia ao pagamento imediato e antecipado das parcelas. A Companhia não cumpriu este índice, entretanto obteve *waiver* da instituição financeira.

13. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

	Metanor		GPC Química S.A.		Petrobrás S.A		Petrobrás		Petrobrás Química S.A		Total	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Ativo circulante												
Clientes	-	-	3.398	3.528	510	812	2.430	-	33	40	6.371	4.380
Passivo circulante												
Fornecedores	-	966	-	-	51	6	-	-	-	-	51	972
Adiantamentos - AFAC	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Empresas ligadas	848	-	-	-	-	-	-	-	-	-	848	-
Resultado												
Compras (operações mercantis)	-	-	-	43	2.940	4.023	-	-	1.220	766	4.160	4.832
Vendas (operações mercantis)	-	-	2.007	3.673	5.382	7.696	6.839	-	480	336	14.708	11.705
Despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	1.055	863	1.055	863

As operações com partes relacionadas são realizadas em condições consideradas pela administração da companhia como compatíveis com as de mercado nas datas em que são efetuadas, levam em consideração os volumes envolvidos.

Representam basicamente operações comerciais mantidas com empresas do grupo.

Para 31 de dezembro de 2009 a Companhia possuía no saldo de clientes dois clientes com saldos representativos: GPC Química S.A. que representa 19% (2008, 32%) e Petrobras Biocombustíveis que representa 14%.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

A seguir é apresentada uma conciliação da despesa com imposto sobre a renda divulgado e os montantes calculados pela aplicação da taxa de 34% (2008, 25%).

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Lucro (prejuízo) antes da tributação	(8.636)	3.643
Alíquota combinada do imposto de renda	<u>34%</u>	<u>25%</u>
Imposto de renda e contribuição social: pela alíquota fiscal combinada	2.936	(911)
Despesas não dedutíveis:		
Adições permanentes	(21)	(36)
Exclusões permanentes:		
Receitas isentas de impostos	3	15
Outros	-	38
Compensação de prejuízos fiscais	-	276
Efeito de não constituição de impostos diferidos	(2.918)	-
Incentivo fiscal – redução de imposto de renda	-	251
Contribuição social – parcelamento Lei 11.941/09	<u>(3.263)</u>	<u>-</u>
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(3.263)</u>	<u>(367)</u>

b) Incentivo fiscal

A Copenor goza do benefício de redução de 25% e 12,5%, nos períodos compreendidos entre 01/01/2004 a 31/12/2008 e 01/01/2009 a 31/12/2013, respectivamente, do imposto de renda devido, e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração proveniente das operações.

Sobre a redução do formaldeído estabilizado, a Companhia goza de redução de 75% pelo prazo de 9 anos compreendidos entre 2005 a 2013.

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2, com a promulgação da Lei nº 11.638/07 e conforme Instrução CVM nº 469/08, a parcela correspondente em 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 251 relativo ao incentivo de isenção/redução do imposto de renda foi reconhecida no resultado daquele exercício.

c) Impostos diferidos

A Companhia possui os seguintes montantes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u> (Ajustado)
Prejuízos fiscais a compensar	70.437	62.762
Base negativa de CSL a compensar ⁽¹⁾	5.193	61.975
Diferenças temporárias	21.035	20.123
Potencial de imposto de renda diferido (25%)	22.868	20.721
Potencial de CSL diferida (9%)	<u>2.361</u>	<u>7.389</u>
Total de impostos diferidos não registrados	<u>25.229</u>	<u>27.980</u>

⁽¹⁾ Saldo de base negativa de 2009 já deduzido do valor de R\$ 64.456, correspondente a R\$ 5.801 à alíquota de 9%, relativo a compensação de juros e multa do processo da CSL, incluído no parcelamento mencionado na nota explicativa nº 16.

A Companhia decidiu por não constituir ativos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, até que seja concluído o estudo técnico a que se refere o inciso II do artigo 2º da Instrução CVM nº 371, de 27 de junho 2002.

15. CONTINGÊNCIAS

	<u>2008</u>	<u>Adições</u>	<u>2009</u>
Trabalhistas	473	719	1.192
(-) Depósitos judiciais	(300)	(61)	(361)
Valor líquido	<u>173</u>	<u>658</u>	<u>831</u>

TRABALHISTA E CÍVELi) Cláusula quarta

A Companhia, juntamente com diversas outras empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari, é afiliada em ação que discute a validade da Cláusula 4ª da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada em setembro de 1989. O dispositivo determinava que os salários dos trabalhadores deveriam ser reajustados em 90% do índice de Preços ao Consumidor (IPC) a cada mês.

A 2ª Turma do STF concluiu o julgamento dos Embargos de Declaração, interposto pelo sindicato dos trabalhadores no processo em referência, no sentido de que a convenção coletiva não prevalece quando em confronto com a lei de política salarial.

O Sindicato dos Trabalhadores contrapôs Embargo de Divergência ao julgamento da 2ª Turma do STF, sendo iniciado o julgamento deste recurso no Plenário do STF em 28/06/2007, estando suspenso por pedido de vistas de um dos julgadores.

Os advogados que representam as empresas, baseados nas jurisprudências existentes e nas teses desenvolvidas em parecer emitido por juristas, estão convencidos quanto às reais possibilidades de êxito. A Administração da Companhia, acreditando na possibilidade de recursos ainda pertinentes, considerando ainda a impossibilidade de mensuração dos valores envolvidos na ação, não procedeu a nenhuma alteração em relação aos procedimentos contábeis até então adotados, ou seja, não registrou nenhuma provisão para perda sobre o desfecho desse assunto.

ii) Outras demandas trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia era reclamada em 50 ações indenizatórias e ações trabalhistas, incluída a mencionada acima, cujos valores envolvidos totalizavam, aproximadamente, R\$ 11.569 (R\$ 5.847 em 2008) e que, baseado na opinião dos advogados da Companhia as chances de êxito são consideradas como possíveis, logo nenhuma provisão foi constituída às demonstrações financeiras. Para os processos com perda provável, a Companhia e sua controlada mantêm provisão de R\$ 1.192.

OUTRAS DEMANDAS JUDICIAIS

i) Multa isolada – CSL

A Companhia possuía alguns autos de infração em que foi imputada penalidade pelo não recolhimento ou diferenças no recolhimento das estimativas mensais da CSL, sendo aplicada a multa isolada prevista na Lei nº 9.430/96. A Companhia vem defendendo a impossibilidade de aplicação de tal penalidade, tendo em vista o fato da lavratura dos autos de infração ter ocorrido após o fechamento do exercício, com a imposição ainda da multa de ofício sobre os valores da contribuição, apurados ao final do ajuste anual. Em 31 de dezembro de 2009, o montante envolvido era de R\$ 1.292.

A administração da Companhia, respaldada em decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, que vem acatando as alegações dos contribuintes, e na opinião dos seus advogados externos que consideram possíveis as chances de êxito dos processos, não fez nenhuma provisão para a referida demanda.

ii) Outros tributos

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía processos fiscais no montante de R\$ 5.167 (R\$ 2.108, em 2008), que baseado na opinião dos advogados da Companhia as chances de êxito são consideradas como possíveis, logo nenhuma provisão foi constituída às demonstrações financeiras.

16. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS - CSL

Histórico do processo de inconstitucionalidade da CSL

Em 1992, a Companhia resgatou depósitos judiciais no montante de R\$ 405, após decisão final proferida em Mandado de Segurança movido contra a União Federal, reconhecendo a inconstitucionalidade da Contribuição Social sobre o Lucro.

Em novembro de 1993, a União ingressou com Ação Rescisória visando obter a desconstituição do Acórdão favorável à Companhia, sendo a mesma julgada procedente pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o que ensejou a interposição, pela Companhia, de Recurso Especial e Recurso Extraordinário. O Recurso Especial foi admitido, sendo encaminhado ao STJ - Superior Tribunal de Justiça, já o Recurso Extraordinário não foi admitido, sendo objeto de Agravo de Instrumento, que, por sua vez, encontra-se sobrestado, aguardando pronunciamento final do STJ.

Quando da apreciação do Recurso Especial, foi mantida a decisão do TRF da 1ª Região, contrária a pretensão da Companhia, que interpôs Embargos de Divergência e Agravo Regimental que também não foram admitidos. Com a finalização da análise perante o STJ, deu início a tramitação do Agravo de Instrumento acima referenciado perante o STF, onde aguarda julgamento.

Não obstante a opinião favorável dos advogados da Companhia sobre a possibilidade de êxito quanto a tese da CSL, tendo em vista as condições especiais conferidas pelo Programa de Parcelamento - REFIS IV, instituído pela Lei 11.941/09, a Administração da Companhia decidiu pela desistência da ação em prol do REFIS IV.

Motivou a decisão da Administração, primordialmente, a análise econômica que avaliou a possibilidade de utilização do enorme prejuízo fiscal acumulado pela Companhia, como moeda de pagamento, bem como os descontos concedidos sobre a multa e juros do valor em discussão, estimado pela Companhia até 31 de dezembro de 2009 em aproximadamente R\$ 3.370.

Parcelamento

Em 27 de maio de 2009, foi editada a Lei nº 11.941 que estabelece as condições para o parcelamento de débitos tributários federais. Dentre essas condições destacam-se: (i) o prazo para pagamento que pode se estender em até 180 meses; (ii) os descontos de multas, juros e encargos que variam de acordo com o prazo de pagamento; (iii) a possibilidade de utilização do saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social na liquidação das multas e juros. Atendendo ao disposto na referida Lei, a Companhia manifestou a sua adesão a esse parcelamento e, desde o dia 30 de novembro de 2009, vem recolhendo os valores mínimos estabelecidos na Lei. A Secretaria da Receita Federal deverá disponibilizar, até durante 2010, o programa consolidador dos débitos a serem, efetivamente, incluídos neste parcelamento.

A Administração da Companhia decidiu optar pelo prazo de 180 meses.

Em 31 de dezembro de 2009, o valor apresentado nesta rubrica refere-se a CSL apurados da seguinte forma:

CSL	12.434
(-) Desconto do parcelamento	(3.370)
Base negativa da CSL utilizada	(5.801)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>3.263</u>
Passivo circulante	(218)
Passivo não circulante	<u>3.045</u>

O valor total do débito da Companhia inserido no parcelamento no montante de R\$ 3.263 foi registrado no resultado do exercício na rubrica “contribuição social - parcelamento 11.941/09”.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, está representado por 6.659.842.229 ações sem valor nominal, sendo 2.794.013.037 ordinárias, 3.618.529.033 preferenciais classe “A”, 8.960 preferenciais classe “B” e 247.291.199 preferenciais classe “C”.

As ações preferenciais das classes “A”, “B” e “C” não têm direito a voto, tendo, entretanto, os seguintes direitos: a) prioridade na distribuição de um dividendo mínimo não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano, calculados sobre o valor resultante da divisão da parcela do capital social correspondente a cada uma dessas classes de ações pela quantidade das ações respectivas de cada classe; b) prioridade no reembolso do capital até o seu valor patrimonial, nos casos de liquidação da Companhia; c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e da incorporação de reservas ou lucros; e d) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de reservas disponíveis e lucros suspensos, depois de assegurado igualmente às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) ao ano, pago às preferenciais.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros classificados no circulante, aproximam-se dos respectivos valores de mercado.

(a) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de preços de commodities, taxas de câmbio e taxas de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

(b) Exposição a riscos cambiais

Alguns insumos e produtos da Companhia têm preços denominados ou influenciados pelas cotações internacionais de commodities, as quais são usualmente denominadas em dólares. A política da Companhia para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com uma política de gestão financeira e com uma política de gestão de riscos. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI diário.

(d) Exposição a riscos de commodities

A Companhia está exposta à variação de preços de algumas commodities petroquímicas, em especial, a de seu principal produto, o metanol. A Companhia procura repassar as oscilações de preços desse produto provocadas pela flutuação da cotação internacional.

(e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e outras contas a receber, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Análise de sensibilidade de variações no CDI e TJLP

Na data de encerramento das demonstrações financeiras, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, a Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

		<u>Cenários em % a.a.</u>					
		<u>Cenário provável</u>		<u>Cenário possível</u>		<u>Cenário remoto</u>	
		<u>TJLP</u>	<u>CDI</u>	<u>TJLP</u>	<u>CDI</u>	<u>TJLP</u>	<u>CDI</u>
		11,43	10,70	14,28	13,38	17,14	20,96

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenários</u>		
		<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remoto</u>
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	Alta da TJLP	9.421	10.766	11.036
Empréstimos e financiamentos (pós-fixado)	Alta da CDI	40.516	45.935	49.009

19. CUSTO DE PARADAS

A Companhia vem registrando seus custos fixos, inerentes ao processo produtivo, que se perdem devido à ausência de produção durante as paradas programadas, no resultado do exercício, dentro do grupo de outras despesas/receitas operacionais líquidas e durante o exercício soma R\$ 2.560 (R\$ 3.178 em 2008).

20. PLANO DE PENSÃO

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, que incluem planos de benefício definido e contribuição definida, que em 01/10/2007 passaram a ser administrados pelo IHPREV – Grupo Icatu Hartford, entidade fechada de previdência complementar, multi-patrocinada, mas de responsabilidade não solidária entre os patrocinadores. O objetivo do plano é complementar os benefícios concedidos pela Previdência Oficial, através do recebimento de contribuições individuais dos participantes (empregados) e das patrocinadoras.

Atualmente a Companhia possui 2 planos, sendo: Plano BD (Benefício Definido) com 52 (51 em 2008) participantes entre ativos e assistidos e o Plano CD (Contribuição Definida) com 168 (130 em 2008) participantes ativos.

As contribuições da Companhia no exercício 2009 totalizaram R\$ 638 (R\$ 800 em 2008).

Conforme requerido pela deliberação CVM nº 371, que aprovou a NPC nº 26 do IBRACON - "Contabilização de Benefícios a Empregados", a Companhia avaliou atuarialmente, através

de Atuário Independente, em 31 de dezembro de 2009, o Plano de Benefício Previdenciário da IHPREV, referente ao plano por ela patrocinado. Os resultados desta avaliação, que foram apurados por Atuário Independente que emitiu seus estudos atuariais cuja data base é de 30 de novembro de 2009, utilizando-se do método da unidade de crédito projetada, estão assim detalhados:

<i>Ativo/Passivo atuarial da controlada</i>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Valor presente da obrigação atuarial	(8.121)	(7.756)
Valor justo dos ativos do plano	<u>11.070</u>	<u>10.515</u>
Ativo atuarial (empregados e patrocinadora)	<u>2.474</u>	<u>2.174</u>
Ativo atuarial (parcela da patrocinadora)	<u>2.474</u>	<u>2.174</u>

Segundo o relatório do Atuário, foi apurado ganho atuarial no montante de R\$ 484 (R\$ 589 em 2008) e não foi apurado custo do serviço passado para o plano de benefício definido patrocinado pela Companhia.

As principais premissas atuariais na data do balanço (expressas por médias ponderadas) são conforme segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
	%	%
Taxa de desconto	<u>10,78</u>	<u>10,75</u>
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10,78	10,75
Aumentos salariais futuros	6,05	5,55
Aumentos futuros de benefícios	5,00	4,50
Parcela de funcionários optando por aposentadoria precoce	100,00	100,00

Os valores justos dos ativos dos planos foram apurados com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício.

A Companhia não contabilizou o ativo atuarial em 31 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 2.474 (R\$ 2.174 em 2008), pelo fato desse ativo não ser revertido para a patrocinadora nem através de redução das contribuições futuras nem através de reembolso das contribuições anteriormente recolhidas.

21. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância Segurada</u>
Riscos nomeados	31/07/10	185.467
Responsabilidade civil geral	01/03/10	10.000
Responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores	07/02/10	2.000
Veículos	31/10/10	150 (RCFV) por veículo

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes. A administração da Companhia entende que os montantes segurados são suficientes para cobrir possíveis perdas.

Riscos nomeados (imóveis próprios, maquinários e almoxarifados) – cobertura securitária contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo.

22. HONORÁRIOS DOS ADMINISTRADORES E DIRETORES

A Companhia registra até 31 de dezembro 2009 R\$ 1.590 (R\$ 1.586 em 2008) de despesas com honorários dos administradores.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Custo de paradas - nota 19	(2.560)	(3.178)
Outras receitas (despesas)	459	405
Total	<u>(2.101)</u>	<u>(2.773)</u>